

Credores elogiam carta ao FMI

“É um pequeno avanço”, comentou um dos integrantes do Comitê Assessor dos Bancos Credores referindo-se à entrega da carta de intenções do governo brasileiro ao FMI. Na avaliação dos credores, a formalização do programa de ajuste econômico junto ao FMI foi mais um passo do governo em direção à normalização das relações com a comunidade financeira internacional, que somente será efetivada depois que o Brasil assinar os acordos de renegociação dos débitos do país com os bancos privados e o Clube de Paris. Outra iniciativa brasileira considerada igualmente positiva pelos banqueiros foi a proposta de troca dos títulos de conversão da dívida criados pelo acordo de 1988, apresentada pelo negociador-chefe da dívida, Pedro Malan, na reunião de quarta-feira em Nova Iorque com o Comitê Assessor dos Bancos Credores.

A segunda reunião entre a equipe brasileira de negociação da dívida e os bancos credores, inicialmente marcada para ontem, foi substituída por um jantar na terça-feira. A próxima reunião será na segunda-feira da semana que vem, mas não há qualquer perspectiva de que as duas partes cheguem a algum acordo nas próximas semanas. Antes de qualquer entendimento definitivo, os banqueiros irão esperar a aprovação pelo *board* do FMI da carta de intenções apresentada pelo Brasil, o que só deverá acontecer em meados de janeiro. A decisão positiva da diretoria do FMI é necessária também para a retomada da negociação com os

países do Clube de Paris, aos quais o Brasil deve cerca de US\$ 25 bilhões.

A reunião de terça-feira marcou o início dos entendimentos entre o governo e os banqueiros, interrompidos em setembro. Na época, as dúvidas da comunidade financeira quanto à capacidade do Brasil para superar a crise econômica foram reforçadas pelo atraso na privatização da Usiminas e pelos problemas enfrentados pelo governo na elaboração da reforma fiscal. A reunião também serviu para que Pedro Malan informasse que o governo aceita a proposta dos banqueiros de criação de um sexto título de conversão da dívida, desde que a contraproposta de juros dos títulos feita pelos banqueiros se aproxime mais da fórmula inicial apresentada pelo Brasil.

A proposta brasileira previa que os juros dos títulos nos quais as dívidas serão convertidos começariam com a taxa de 2,5%, e aumentariam progressivamente até se transformarem em juros do mercado. Os bancos querem que os juros iniciais dos papéis sejam de 4%. Na reunião de terça-feira, Malan apresentou também ao Comitê Assessor dos Bancos uma proposta para trocar por novos títulos os bônus de conversão da dívida criados no acordo firmado com os bancos pelo ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, em 1988. O pagamento dos bônus idealizados por Mailson tornou-se inviável com o colapso nas contas externas brasileiras em 1989, que resultou na moratória que se estendeu até o início deste ano. (T.B.)